

14. RESPOSTAS SOCIOEDUCATIVAS AO NÍVEL DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF), DESTINADAS ÀS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E CRIANÇAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE BRAGA – PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de deliberação, nos seguintes termos:

- a)- Aprovar, nos termos do previsto na alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do protocolo de acordo com a minuta em ANEXO;

- b)- Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artº 33º da mesma Lei nº 75/2013, Assembleia Municipal para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, despesa no valor estimado de 2.500.000 euros, sendo 2.300.000 euros a suportar em 2022, referentes ao Fornecimento de Refeições Escolares e das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar, referente ao Ano letivo 2021/2022.

A ... de ...

Nº Informação: 35871

Data: 02/06/2021

210608



Assunto: Respostas Socioeducativas ao nível do fornecimento de Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), destinadas às crianças da Educação Pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Braga | Protocolos de Colaboração

CONSIDERANDO

1. O apoio em matéria de alimentação no âmbito de ação social de educação no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico insere-se nas atribuições dos municípios nos domínios da educação e ação social, previstas nas alíneas. d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação.
2. Essas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais atribuídas às Câmaras Municipais, incluindo-se no auxílio a prestar aos estudantes, com abrangência nos domínios de ação social escolar através do fornecimento de refeições aos estabelecimentos de educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, em cada ano letivo – *cfr.* o disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
3. As referidas competências já remontam à Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto.
4. Conforme consagrado no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março¹, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar, os apoios alimentares têm como objetivos “a promoção do sucesso escolar e educativo, o desenvolvimento equilibrado e a promoção da saúde das crianças e jovens que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário”.

¹ Alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

5. Um dos apoios a prestar em matéria de alimentação no âmbito da ação social escolar é *“o fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados”* – de acordo com as disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 12.º e a alínea b) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março.
6. Ainda neste sentido, os artigos 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março e o artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na esteira dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, salvo quando aqueles equipamentos se encontram sob a alçada do Ministério da Educação.
7. Ora, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.
8. Assim, nos termos desta nova regulação, que veio revogar a Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que desenvolvia o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, as transferências de competências para os municípios devem ocorrer de forma gradual.
9. Neste enquadramento devem ainda ser tidas em contas as disposições do Anexo IV do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 29 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 451/2017, de 23 de junho, onde se encontram reguladas as condições das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos municípios, nas modalidades de apoio alimentar, entre outras.
10. De acordo com os referidos preceitos, os municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes;
11. Quanto ao modo de concretização, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o fornecimento de refeições pode ser assegurado por outras entidades certificadas para o efeito, mediante a celebração de contratos, acordos ou protocolos.

12. No caso concreto do Município de Braga, atendendo às características de cada estabelecimento de ensino e às especiais condições no fornecimento de refeições, justifica-se que as mesmas sejam asseguradas por entidade de apoio local, especialmente vocacionada para o efeito e em condições de vantagem em termos logísticos, com maior economia para o município.
13. Em matéria de realização da despesa, trata-se de encargos que abrangem dois anos económicos e como tal, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro², que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.
14. Relativamente ao valor da despesa prevista, foi calculada por referência à celebração de acordos de colaboração anteriores com objeto e condições similares e ao número previsto de alunos a beneficiar no futuro ano letivo.

Considerando ainda:

Foram revistos os acordos de colaboração no âmbito do fornecimento de refeições escolares para as crianças da Educação Pré-Escolar (EPE) e alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB), assim como para o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) para as crianças da Educação Pré-Escolar, tendo como pressupostos:

- a) o envolvimento e responsabilização dos Agrupamentos de Escolas na supervisão dos serviços que decorrem no espaço da escola, conforme prevê a Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto;
- b) a apresentação de relatórios, por parte das Entidades Executoras, ao Município e Agrupamentos de Escolas, com o objetivo de avaliar e melhorar as respostas que por eles são desenvolvidas;
- c) a assunção das responsabilidades do Município de Braga, garantindo:
 - i. suporte financeiro adequado às entidades executoras para que possam executar com qualidade as tarefas assumidas;
 - ii. equidade nos encargos para as famílias, independentemente do estabelecimento de educação e ensino frequentado;

² Com as alterações introduzidas até à aprovação da Lei n.º 22/2015, de 17 de março.



- iii. que as comparticipações pagas pelas famílias cumprem com o definido legalmente e que se verifica o pressuposto do aumento gradual das mesmas em função dos rendimentos económicos destas, suportando o Município de Braga os encargos dos agregados familiares mais carenciados;
- iv. o acompanhamento e monitorização dos serviços prestados, atento às especificidades de cada estabelecimento.

Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar, nos termos do previsto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do protocolo de acordo com a minuta em ANEXO;
- b) Submeter a assunção do compromisso plurianual à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei n.º 75/2013, para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, despesa no valor estimado de 2.500.000 euros, sendo 2.300.000 euros a suportar em 2022, referentes ao Fornecimento de Refeições Escolares e das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar, referente ao ano letivo 2021/2022.

A despesa, tem enquadramento orçamental em 2021 e 2022 na Orgânica 03 Rúbrica Económica 04050102 e 04050108 Projeto 2017/12-2 e 2017/12-3, com o cabimento sequencial número 60639 e 60641.

Braga, 2 de junho de 2021

A Vereadora da Educação,

Dr. Lídia Brás Dias



ANEXO I

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
Alberto Sampaio	Freguesia de Esporões	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Esporões;○ AAAF para EPE da EB de Esporões;
	União de Freguesias de Arcos e Lomar	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Arcos;○ Refeições para 1º CEB da EB de Lomar;○ AAAF para EPE da EB de Arcos;○ AAAF para EPE JI Lomar;
	União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Fraião;○ Refeições para EPE e 1º CEB da EB n.º 1 de Nogueira;○ AAAF para EPE da EB de Fraião;○ AAAF para EPE da EB n.º 1 de Nogueira;○ AAAF para EPE do JI do Monte;
	União de Freguesias de Morreira e Trandeiras	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE do JI do Carvalho;○ Refeições para 1º CEB da EB de Trandeiras;○ AAAF para EPE do JI do Carvalho;
André Soares	Associação de Pais do Carandá	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB da EB do Carandá;
	Associação de Pais do Fujacal	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB da EB do Fujacal;
	Associação de Pais de S. Lázaro	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB da EB de S. Lázaro;
	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB da EB de Ponte Pedrinha;○ AAAF para EPE da EB de Ponte Pedrinha;
	União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE da EB do Fujacal;○ Refeições para EPE da EB de S. Lázaro;○ AAAF para EPE da EB do Fujacal;○ AAAF para EPE da EB de S. Lázaro;
Braga Oeste	Junta de Freguesia de Sequeira	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB da EB da Sequeira;○ AAAF para EPE da EB de Sequeira;



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
	União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB de Cabreiros;○ Refeições para EPE no Jl de Cabreiros;○ AAAF para EPE no Jl de Cabreiros;
Carlos Amarante	Junta de Freguesia de Espinho	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Espinho;○ AAAF para EPE na EB de Espinho;
	Junta de Freguesia de Gualtar	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB n.º1 de Gualtar;○ Refeições para EPE no Jl de Gualtar;○ AAAF para EPE no Jl de Gualtar;
	Junta de Freguesia de Pedralva	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Pedralva;○ AAAF para EPE na EB de Pedralva;
	Junta de Freguesia de Sobreposta	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Sobreposta;○ AAAF para EPE na EB de Sobreposta;
	União de Freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Este S. Mamede;○ Refeições para 1º CEB na EB de Este S. Pedro;○ Refeições para EPE no Jl de Este S. Pedro;○ AAAF para EPE na EB de Este S. Mamede;○ AAAF para EPE no Jl de Este S. Pedro;
Celeirós	Junta de Freguesia de Figueiredo	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Figueiredo;○ AAAF para EPE na EB de Figueiredo;
	Junta de Freguesia de Lamas	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE no Jl de Lamas;○ AAAF para EPE no Jl de Lamas;
	União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º Ciclo na EB da Cruz;○ Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB da Garapôa;○ AAAF para EPE da EB da Cruz;○ AAAF para EPE da EB de Garapôa;
	União de Freguesias de Escudeiros e Penso Sto. Estevão e S. Vicente	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Escudeiros;○ AAAF para EPE na EB de Escudeiros;



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
	União de Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Guisande;○ AAAF para EPE na EB de Guisande;
D. Maria II	Associação de Pais de Santa Tecla	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para o 1º ciclo na EB de Santa Tecla;
	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para o 1º ciclo na EB Bairro Económico;○ Refeições para a EPE e 1º ciclo de na EB n. º2 de Lamações;○ Refeições para o 1º ciclo na EB de S. João do Souto;○ AAAF para a EPE na EB n. º2 de Lamações;
	União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para a EPE no Jl de Lamações;○ AAAF para a EPE no Jl de Lamações;
	União de Freguesias de Nogueiró e Tenões	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Nogueiró;○ Refeições para a EPE e 1º ciclo na EB de Tenões;○ AAAF para a EPE na EB de Nogueiró;○ AAAF para a EPE na EB de Tenões;
	União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João de Souto	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para a EPE no Jl de Bracara Augusta;○ AAAF para a EPE no Jl de Bracara Augusta;
Dr. Francisco Sanches	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para o 1º CEB na EB Bairro da Alegria;○ Refeições para o 1º CEB na EB da Enguardas;○ Refeições para o 1º CEB na EB S. Victor;
	Junta de Freguesia de S. Vicente	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para o 1º CEB na EB Bairro da Misericórdia;○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB Quinta da Veiga;○ Refeições para EPE no Jl Quinta das Fontes;○ AAAF para a EPE na EB Quinta da Veiga;○ AAAF para EPE no Jl Quinta das Fontes;



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
	Junta de Freguesia de S. Victor	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE na EB Bairro da Alegria;○ Refeições para EPE na EB das Enguardas;○ AAAF para EPE na EB Bairro da Alegria;○ AAAF para EPE na EB das Enguardas;
Maximinos	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Maximinos;○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB da Naia;○ AAAF para EPE na EB de Maximinos;○ AAAF para EPE na EB da Naia;
	União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB da Estrada;○ Refeições para 1º CEB na EB da Gandra;○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Gondizalves;○ AAAF para EPE na EB da Estrada;○ AAAF para EPE na EB de Gondizalves;
Mosteiro e Cávado	Associação Cultural e Social de Merelim S. Pedro	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Merelim S. Pedro;○ AAAF para EPE na EB de Merelim S. Pedro;
	Junta de Freguesia de Mire Tibães	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB do Carrascal;○ Refeições para EPE no JI de Ruães;○ AAAF para EPE no JI de Ruães;
	Junta de Freguesia de Padim da Graça	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB de Padim da Graça;○ Refeições para EPE no JI de Padim da Graça;○ AAAF para EPE no JI de Padim da Graça;
	União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada Tibães	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Merelim S. Paio;○ AAAF para EPE na EB de Merelim S. Paio;
	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB de Panoias;○ Refeições para EPE no JI de Panoias;○ AAAF para EPE no JI Panoias;
Real	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB da Sé;○ Refeições para EPE no JI de Parada Tibães;○ Refeições para EPE no JI de Quinta das Hortas;○ Refeições para 1º CEB na EB de Frossos;



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
		<ul style="list-style-type: none">○ AAAF para EPE no JI de Parada Tibães;○ AAAF para EPE no JI de Quinta das Hortas;
	União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE no JI de Frossos;○ AAAF para EPE no JI de Frossos;
	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB das Parretas;○ Refeições para 1º CEB na EB de Real;○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB S. Frutuoso;○ AAAF para EPE na EB S. Frutuoso;
Sá de Miranda	Junta de Freguesia de Adaúfe	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB de Eira Velha;○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Presa;○ Refeições para EPE no JI de Adaúfe;○ AAAF para EPE na EB de Presa;○ AAAF para EPE no JI de Adaúfe;
	Bragahabit, E.M.	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB Bracara Augusta;○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB do Coucinheiro;○ Refeições para 1º CEB na EB da Ortigueira;○ AAAF para EPE na EB Bracara Augusta;○ AAAF para EPE na EB do Coucinheiro;
	União de Freguesias de Crespos e Pousada	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Crespos;○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Pousada;○ AAAF para EPE na EB de Crespos;○ AAAF para EPE na EB de Pousada;
	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Dume;○ AAAF para EPE na EB de Dume;
	União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE no JI de Pomares;○ AAAF para EPE no JI de Pomares;
Trigal Santa Maria	Casa do Povo de Tadim	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Estação;
	Junta de Freguesia de Priscos	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE no JI de Priscos;○ AAAF para EPE no JI de Priscos;



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	ENTIDADE PARCEIRA	RESPOSTAS ASSUMIDAS E ESTABELECIMENTO
	Junta de Freguesia de Ruílhe	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB na EB de Ruílhe;
	Junta de Freguesia de Tebosa	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Tebosa;○ AAAF para EPE na EB de Tebosa;
	União de Freguesias de Arentim e Cunha	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Arentim;○ Refeições para EPE no Jl de Cunha;○ AAAF para EPE na EB de Arentim;○ AAAF para EPE no Jl de Cunha;
	União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º ciclo na EB de Aveleda;○ Refeições no Jl de Vimieiro;○ AAAF para EPE no Jl de Vimieiro;
	União de Freguesias de Vilaça e Fradelos	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para EPE e 1º CEB na EB de Fradelos;○ Refeições para EPE no Jl de Vilaça;○ AAAF para EPE na EB de Fradelos;○ AAAF para EPE no Jl de Vilaça;
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian	Conservatório Calouste Gulbenkian	<ul style="list-style-type: none">○ Refeições para 1º CEB da Escola Artística do Conservatório;

Abreviaturas:

AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família

CEB - Ciclo de Ensino Básico

EB - Escola Básica

EPE - Educação Pré-Escolar

Jl - Jardim de Infância

ANEXO II

PROTOCOLO DE APOIO NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES

Ano Letivo 2021/2022

PROTOCOLO N.º [...]

[Designação da Escola]

Considerando as atribuições cometidas aos municípios nos domínios da educação e ação social, previstas nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, em cada ano letivo cabe ao Município de Braga, no âmbito de ação social de educação no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, o apoio em matéria de alimentação;

Considerando que este tipo de apoio consubstancia “o *“fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados”*”, de acordo com as disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 12.º e da alínea b) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, e, bem assim, do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 29 de maio, retificado pela Declaração de Retificação nº 451/2017, de 23 de junho, que regula as condições das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos municípios;

Considerando que as modalidades de apoio alimentar, encontram reforço no disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e que os municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes, segundo o Despacho 8452-A/2015, de 31 de julho;

Considerando que no caso concreto da **[Designação da Escola]**, atendendo à dimensão do estabelecimento de ensino e às especiais condições no fornecimento de refeições, justifica-se que as mesmas sejam asseguradas por entidade de apoio social local, especialmente vocacionada para o efeito e em condições de vantagem em termos logísticos, com maior economia para o município.

Considerando ainda que se trata da realização de despesas com abrangência em dois anos económicos e que foi obtida respetiva autorização da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, para a assunção de compromissos plurianuais no valor de [...];

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Apoio no âmbito da Ação Social Escolar para fornecimento de refeições escolares, relativo ao ano letivo 2021/2022;

ENTRE:

O MUNICÍPIO DE BRAGA, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado "Entidade Promotora",

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS [...], com o número de identificação de pessoa coletiva [...], com sede na Rua [...], no presente ato representado pela Diretora, [...], adiante designado por "Agrupamento",

E

JUNTA DE FREGUESIA (ou outra entidade) [...], com pessoa coletiva n.º [...], com sede na Rua da [...] no presente ato representado pela sua Presidente, [...], adiante designada "Entidade Executora".

Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente protocolo tem por objeto a definição das condições do fornecimento de refeições escolares às crianças e/ou alunos da [Designação da Escola].

Cláusula 2.ª

Obrigações do Município de Braga

No âmbito do presente protocolo a Entidade Promotora obriga-se a:

- a) Exercer controlo direto da gestão do fornecimento de refeições;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento;



- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo;
- d) Fornecer equipamentos e materiais, como por exemplo, mobiliário e palamenta para o correto funcionamento do serviço;
- e) Fornecer à Entidade Executora uma lista nominal com identificação do nome e número de contribuinte das crianças e respetivo escalão de auxílios económicos, morada e identificação do encarregado de educação (nome e contacto), com a seguinte finalidade:
 - i. Identificação dos valores que a Entidade Executora poderá cobrar a cada um dos encarregados de educação;
 - ii. Faturação dos valores devidos aos encarregados de educação;
 - iii. Comunicação com os encarregados de educação das crianças no âmbito exclusivo do desenvolvimento das tarefas inerentes ao fornecimento das refeições.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Agrupamento de Escolas

No âmbito do presente protocolo o Agrupamento obriga-se a acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares, reportando ao Município e à Associação qualquer anomalia detetada.

Cláusula 4.ª

Obrigações da Entidade Executora

1. No âmbito do presente protocolo, a Entidade Executora fica obrigada a:
 - a) Fornecer diariamente e durante o ano letivo de 2021/2022, refeições a: [...] crianças da educação pré-escolar e [...] alunos do 1º Ciclo da [Designação da Escola];
 - b) Servir e acompanhar as refeições escolares durante o período de pausa para almoço, definido pelo Agrupamento de Escolas;
 - c) Inserir na Plataforma SIGA as presenças no serviço de refeições, de acordo com as orientações da Divisão de Educação até ao 5.º dia útil do mês subsequente;
 - d) Utilizar os dados pessoais das crianças e encarregados de educação apenas para os fins relacionados com o desenvolvimento das tarefas inerentes ao fornecimento das refeições;
 - e) Criar, no tratamento que fará dos dados, mecanismos que permitam, quase imediatamente, proceder à eliminação dos mesmos nos termos do solicitado pelo titular dos dados. Quando a eliminação ocorrer, o responsável pelo tratamento deve garantir não só a eliminação de todos os dados e respetivas ligações para esses dados (situação que se coloca sobretudo quando os dados são públicos, por exemplo no caso das redes sociais), mas também as respetivas cópias ou reproduções dos dados;

- f) Cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.
2. O fornecimento deve ser executado em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável designadamente no que se refere aos princípios e normas gerais da legislação alimentar, às regras de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios e às normas relativas à implementação do HACCP, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril e Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, assegurando-se a necessária certificação.
 3. Na composição da refeição deverão ser observadas as regras de uma alimentação saudável, equilibrada e variada, de acordo com a Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013 ou outra que venha a versar sobre a mesma matéria.
 4. O fornecimento está sujeito a operações de verificação quantitativa, qualitativa e de distribuição.
 5. O transporte das refeições será da responsabilidade da Entidade Executora e deverá ser efetuado a expensas da mesma, nas melhores condições de higiene e segurança e de acordo com a legislação em vigor, garantindo a salubridade dos produtos a transportar.
 6. É da exclusiva responsabilidade da Entidade Executora a reparação dos danos e prejuízos eventualmente causados, em caso de intoxicação alimentar.
 7. O pessoal afeto ao refeitório é responsável pelo cumprimento das regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e deve apresentar-se fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável.

Cláusula 5.ª

Recursos financeiros

1. A Entidade Promotora compromete-se a efetuar o pagamento das refeições fornecidas aos alunos protocolados, no valor unitário de refeição de €2,90 (dois euros e noventa centimos) para alunos abrangidos pelo escalão A, €2,17 (dois euros e dezassete centimos) para os alunos do escalão B e €1,44 (um euro e quarenta quatro centimos) para os restantes alunos, de acordo com a informação inserida na Plataforma SIGA.
2. A Entidade Executora compromete-se a cobrar €1,46 (um euro e quarenta e seis centimos) por cada refeição servida aos alunos que não se encontram abrangidos pela ação social escolar e €0,73 (setenta e três centimos) aos alunos abrangidos pelo escalão B, conforme o n.º 3, do artigo 4.º do Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto. Os alunos com escalão A usufruem de refeição gratuita.
3. A comparticipação financeira do Município será efetuada no mês seguinte a que se reporta o mesmo, procedendo-se aos acertos devidos nos pagamentos de fevereiro e junho/julho.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

O período de vigência do presente protocolo coincide com o ano letivo 2021/2022, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 13.º e 14.º, conforme calendário escolar fixado pelo Ministério da Educação.

Cláusula 7.ª

Execução e Avaliação do Protocolo

Para uma articulação permanente podem, os representantes indicados pelas partes, reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 8.ª

Ocorrências e emergências

A Entidade Executora e o Agrupamento devem comunicar à Entidade Promotora, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente protocolo.

Cláusula 9.ª

Verificação do cumprimento do objeto do acordo

1. A Entidade Promotora pode verificar o cumprimento do objeto do protocolo pela Entidade Executora, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe as informações e os documentos que julgue necessários.
2. As determinações da Entidade Promotora emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do protocolo são imediatamente aplicáveis e vinculam a Entidade Executora, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 10.ª

Modificação do Protocolo

1. O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pela Entidade Promotora, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.
2. A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

Cláusula 11.ª

Suspensão do Protocolo

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula 12.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de direito, pode também ser resolvido quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 13.ª

Revogação

1. O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
2. A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

Cláusula 14.ª

Revisão do protocolo

Qualquer alteração dos termos ou condições previstas no presente protocolo, carece de prévio acordo escrito entre os outorgantes.

Cláusula 15.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.



Cláusula 16.^a

Entrada em vigor

O presente protocolo entra em vigor de acordo com o calendário escolar indicado na cláusula 6.^a

Cláusula 17.^a

Publicidade

Os outorgantes deverão publicitar, o presente protocolo nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

Cláusula 18.^a

Cabimento e compromisso

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento na rubrica [...] do orçamento da Entidade Promotora tendo-lhe sido atribuído o registo compromisso [...] após autorização para despesa plurianual por parte da Assembleia Municipal em sessão de [...].

Braga, [...] de [...] de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

A Diretor do Agrupamento de Escolas,

A Presidente da Junta de Freguesia,

ANEXO III

ACORDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DAS
ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

ENTRE

O MUNICÍPIO DE BRAGA, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado "Entidade Promotora",

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____, com o número de identificação de pessoa coletiva _____, com sede em _____, no presente ato representado pelo Diretor, _____, adiante designado por "Agrupamento",

E

A _____, com pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, no presente ato representado pela _____, _____, adiante designada "Entidade Executora".

Considerando que:

1. O objetivo consagrado na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, aprovada pela Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, é o de que a educação pré-escolar constitui a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário;
2. No âmbito da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 164, de 24 de agosto, podem ser oferecidas Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as necessidades das famílias;
3. O Município de Braga, reconhecendo a situação de precariedade de diversas famílias carenciadas, pretende intervir de forma a assegurar condições iguais a todas as crianças da educação pré-escolar da rede pública do concelho de Braga;
4. O papel determinante e insubstituível que o Município de Braga e os Agrupamentos de Escolas têm vindo a desempenhar na construção de um processo educativo capaz de corresponder aos anseios da comunidade;
5. Em face das necessidades manifestadas pelas famílias, se mostra imprescindível dar uma resposta social adequada proporcionando a todas as crianças atividades de animação e assegurando o seu acompanhamento antes e ou depois do período diário de atividades educativas e ou durante o período de interrupção das mesmas;

6. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais e outras entidades locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;
7. A prática seguida pelo Município tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas em entidades locais, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos;
8. Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 a Câmara Municipal de Braga preparou, com o Agrupamento de Escolas _____ e a _____, o presente acordo de colaboração.

Entre os representados dos outorgantes é celebrado o presente acordo de colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes e cuja minuta foi aprovada pela Câmara Municipal em reunião de _____.

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente acordo tem por objeto a definição das condições de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) às crianças da educação pré-escolar da _____.
2. Estão abrangidas pelo presente protocolo todas as crianças inscritas no estabelecimento de educação pré-escolar mencionados no número anterior, desde que procedam à sua prévia inscrição.

Cláusula 2.ª

Obrigações do Município de Braga

1. São competências da Entidade Promotora:
 - a) Colaborar com os parceiros do presente protocolo na coordenação das AAAF;
 - b) Ceder as instalações dos estabelecimentos de educação identificados na cláusula anterior para as AAAF, assim como mobiliário e outro equipamento necessário ao funcionamento do mesmo;
 - c) Monitorizar o desenvolvimento das AAAF, podendo para o efeito efetuar inquéritos de avaliação e controlo, visitas ao local onde decorrem as atividades, bem como solicitar as informações ou os esclarecimentos que entenda necessários;
 - d) Atribuir um subsídio anual no valor de _____ € (_____), para apoiar a execução das AAAF, incluindo interrupções das atividades;
2. A comparticipação financeira do Município será efetuada no mês seguinte a que se reporta o mesmo, procedendo-se aos acertos devidos nos pagamentos de fevereiro e junho/julho.
3. A transferência de verbas fica dependente do cumprimento da obrigação constante da alínea d) da cláusula 4ª, sendo que no caso da última transferência é também necessária a entrega do relatório financeiro.



4. Fornecer à Entidade Executora uma lista nominal com identificação do nome e número de contribuinte das crianças e respetivo escalão de auxílios económicos, morada e identificação do encarregado de educação (nome e contacto), com a seguinte finalidade:

- identificação dos valores que a Entidade Executora poderá cobrar a cada um dos encarregados de educação;
- faturação dos valores devidos aos encarregados de educação;
- comunicação com os encarregados de educação das crianças no âmbito exclusivo do desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.

Cláusula 3ª

Obrigações do Agrupamento de Escolas

1- Sem prejuízo das mencionadas na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, constituem obrigações do Agrupamento:

- a) Proceder ao levantamento do número de crianças que pretendem frequentar as AAAF, no ato de inscrição na Educação Pré-escolar;
- b) Validar, na plataforma SIGA, a listagem com a identificação dos alunos a frequentar as AAAF nos estabelecimentos de ensino identificados na cláusula 1ª, mensalmente até ao 5º dia útil do mês seguinte, por escola:
 - i. alunos por escalão A, B e C ou outro da Ação Social Escolar;
 - ii. alunos com necessidades especiais.
- c) Acionar, nos termos da lei, o seguro escolar, fazendo-o funcionar durante o período em que decorrem as AAAF;
- d) Informar a Entidade Executora da tipologia de atividades não cobertas pelo seguro escolar;
- e) Comunicar à Entidade Promotora e à Entidade Executora qualquer modificação nos horários ou outra alteração que influencie de alguma maneira o funcionamento das AAAF, com a antecedência de 5 dias úteis;
- f) Cooperar com a Entidade Promotora sempre que esta assim o solicitar, no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 da cláusula 2ª;
- g) Enviar o Plano de Atividades à Entidade Promotora e à Entidade Executora, após aprovação em Conselho Pedagógico, até ao dia 31 de dezembro de 2021;
- h) Indicar à Entidade Promotora e à Entidade Executora o nome do docente responsável pela supervisão e acompanhamento geral das AAAF;
- i) Remeter à Entidade Promotora a ata das reuniões de avaliação das AAAF e/ou outros elementos decorrentes da monitorização das atividades.



Cláusula 4ª

Obrigações da Entidade Executora

Constituem obrigações da Entidade Executora:

- a) Assegurar as AAAF todos os dias úteis, inclusive nas interrupções das atividades nos estabelecimentos que permaneçam em funcionamento;
- b) Respeitar as regras de segurança nos espaços onde se desenvolvem as AAAF, de acordo com o previsto na lei aplicável;
- c) Disponibilizar os recursos humanos necessários ao funcionamento das AAAF;
- d) Remeter mensalmente ao Agrupamento e Município os dados previstos na alínea b) da Cláusula 3ª ou submeter os mesmos na Plataforma SIGA;
- e) Cobrar às famílias uma comparticipação financeira por criança, cujo valor máximo não poderá exceder o previsto no Anexo I;
- f) Zelar os espaços utilizados para o desenvolvimento das AAAF, incluindo a limpeza dos mesmos;
- g) Informar por escrito a Entidade Promotora e o Agrupamento de qualquer facto ou ocorrência que possa constituir alteração ou extinção do funcionamento das AAAF;
- h) Efetuar seguro de acidentes pessoais para atividades não cobertas pelo seguro escolar;
- i) Cooperar com a Entidade Promotora sempre que esta assim o solicitar, no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 da cláusula 2ª;
- j) Colaborar com o educador titular na organização e planificação das atividades a desenvolver no âmbito do presente protocolo, não podendo desenvolver atividades sem a prévia aprovação do Agrupamento;
- k) Participar na reunião dirigida aos pais e encarregados de educação, para apresentar os planos de atividades e os recursos humanos afetos;
- l) Manter a confidencialidade dos dados facultados pelo Agrupamento e/ou Entidade Promotora relativos às crianças;
- m) Remeter à Entidade Promotora, com conhecimento ao Agrupamento de Escolas:
 - o O regulamento das atividades, incluindo o preçário, até ao final de dezembro de 2021;
 - o O mapa de recursos humanos afetos às AAAF, até ao final de dezembro de 2021;
 - o O(s) respetivo(s) comprovativo(s) do reforço da contratação de monitores;
 - o O relatório de atividades no final de cada período letivo;
 - o O relatório final de avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, incluindo o relatório financeiro, até 15 de agosto de 2022;
- n) Divulgar pelos meios adequados que as AAAF decorrem ao abrigo do presente acordo, atribuindo sempre idêntico destaque a todas as entidades intervenientes e incluindo, obrigatoriamente o logotipo do Município de Braga e do Agrupamento de Escolas.

- o) Utilizar os dados pessoais das crianças e encarregados de educação apenas para os fins relacionados com as o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família.
- p) Criar, no tratamento que fará dos dados, mecanismos que permitam, quase imediatamente, proceder à eliminação dos mesmos nos termos do solicitado pelo titular dos dados. Quando a eliminação ocorrer, o responsável pelo tratamento deve garantir não só a eliminação de todos os dados e respetivas ligações para esses dados (situação que se coloca sobretudo quando os dados são públicos, por exemplo no caso das redes sociais), mas também as respetivas cópias ou reproduções dos dados.
- q) Cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.

Cláusula 5ª

Comparticipação financeira das famílias

1. Constitui obrigação dos pais e encarregados de educação proceder ao pagamento atempado das mensalidades.
2. Em caso de incumprimento, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Executora poderão condicionar o acesso das crianças às atividades.
3. Entende-se por incumprimento o não pagamento de duas mensalidades consecutivas.
4. Em caso algum deverão ser cobrados às famílias valores relativos a inscrição.
5. Os valores máximos a cargo das famílias cujas crianças usufruam das AAAF são os fixados, de acordo com o escalão ASE, no anexo I do presente acordo.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

O período de vigência do acordo de delegação de competências é de 1 de setembro de 2021 a 31 de julho de 2022, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 14ª e 15ª.

Cláusula 7.ª

Execução e Avaliação do Acordo

Para uma articulação permanente entre Entidade Promotora, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Executora, no âmbito da execução deste acordo, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 8.ª

Ocorrências e emergências

A Entidade Executora e/ou o Agrupamento deve comunicar à Entidade Promotora, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente acordo.

Cláusula 9.ª

Verificação do cumprimento do objeto

1. A Entidade Promotora pode verificar o cumprimento do objeto do acordo pela Entidade Executora, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
2. As determinações da Entidade Promotora emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse acordo são imediatamente aplicáveis e vinculam a Entidade Executora, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 10.ª

Modificação do acordo

1. O presente acordo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que fundamentaram o estabelecimento do presente ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do acordo obedece a forma escrita.

Cláusula 11.ª

Suspensão do acordo

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente acordo pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do acordo, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula 12.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo, as partes outorgantes podem resolver o presente acordo quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 13.^a

Revogação

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente acordo, com a antecedência mínima de 60 dias.
2. A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

Cláusula 14.^a

Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.

Cláusula 15.^a

Entrada em vigor

O presente acordo entra em vigor no primeiro dia útil do mês de setembro de dois mil e vinte.

Cláusula 16.^a

Publicidade

Os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este acordo, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

Cláusula 17.^a

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este acordo encontra-se cabimentada em orçamento.



BRAGA
Município

DE - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Braga, _____ de _____ de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Diretor,

()

O Presidente,

()



ANEXO III - A
CÁLCULO DAS VERBAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EXECUTORA

Regras de comparticipação:

- a) Comparticipação do Município de Braga

30,99€ / criança / mês

- b) Apoio do Município de Braga para o acompanhamento a crianças com necessidades especiais, devidamente identificadas pelos Agrupamentos de Escolas

100€ /mês / criança *

* Quando existam crianças com necessidades especiais a frequentar as AAAF, e tendo por base a avaliação do agrupamento de escolas face à necessidade de um acompanhamento individualizado, o Município de Braga atribui um apoio adicional, destinado ao reforço da contratação de monitores.

Deverá ser remetido ao Município, o respetivo comprovativo do reforço da contratação de monitores, sob pena da não atribuição da comparticipação.

- c) Comparticipações Familiares e complemento aos valores assumidos pelas Famílias

ESCALÃO ASE DA CRIANÇA	COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES	COMPLEMENTO ASSUMIDO PELO MUNICÍPIO DE BRAGA
Escalão 1	gratuito	30,00€
Escalão 2	10,00€	20,00€
Escalão 3	20,00€	10,00€
Outros	30,00€	0,00€